

ANÁLISE DE CONJUNTURA

NEO-REFORMISMO E FRAGMENTAÇÃO SOCIAL (OU SÓ É “OTIMISTA QUEM QUER”)

NELSON OLIVEIRA *

“Nada se parece mais com um conservador do que um liberal no poder”

Desde o fim da ditadura militar, entre os que, de algum modo, se opunham ao regime e até lutavam abertamente contra ele, dois hábitos foram amplamente se disseminando e ganhando força como quase-ideologia política. O primeiro, de sacralizar a esperança, ou permanecer esperando que algo aconteça, mesmo quando essa expectativa se mostra muitas vezes impossível – como na peça teatral *Esperando Godot* – e nem mesmo se acredite, no íntimo, que um dia iria ou chegue a acontecer; o segundo, de sacralizar o direito, ou considerá-lo como ante-sala da justiça, numa clara apologia da passividade, ou de *esperança passiva*, nas palavras de Ernest Bloch (1880-1959). A esperança de que um dia as coisas teriam que mudar somava-se à crença de que tinha-se direito, assim quase naturalmente, a um quinhão na quota de distribuição social, como se os regimes políticos simbolizassem ora uma fonte de restrição, ora uma fonte de possibilidade de realização de direitos naturalmente humanos ou sociais. Esses hábitos ou esperanças quase religiosas perpassam não apenas indivíduos mas os diversos movimentos sociais e frentes de luta, servindo de bandeira para quase todos os envolvidos nessa nova etapa de construção de uma realidade mais democrática, assentada em pretensos novos valores.

O poder como via transformadora das condições sociais se revela fonte do direito e da justiça social. Poder neutro, dependente, para sua eficácia, da vontade e do caráter dos que dele se apropriassem. Não por acaso, o país passou a viver de sobressaltos. As classes dominantes, em sua eterna vigilância conservadora, desunidas muitas vezes como frações de controle dos processos reprodutivos, se unem em torno de um único desiderato de *assenhramento* das estruturas de poder decisório; as classes trabalhadores, em seus diversos matizes, sonhando com um poder, mas sem projeto próprio, descambam muitas vezes para a construção de ilusões que as tornam simplesmente presas de aventureiros e salvadores, destes que costumam aparecer a cada período eleitoral. O alvo era o mesmo, quer fossem vitoriosos partidos de características mais à esquerda, quer os mais à direita. Busca-se tão-somente alcançar o poder, sem uma dimensão mais precisa de seu significado. Para tanto, valendo tudo, dos discursos mais radicais às alianças mais espúrias.

Um dos argumentos centrais desta análise é que, em função de suas especificidades, muito mais do que nas gestões de centro-direita que sucederam o regime ditatorial pós-1985, no governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e de seus aliados ilusões populares cultivadas por anos de repressão e de impedimentos à livre organização popular foram determinantes

para uma fuga acelerada da política no sentido mais profundo, e para a crença nos milagres administrativos, dissociando-se cada vez mais a *política* do *conflito*, por meio de sua aproximação muito sintomática com a necessidade de obtenção de consensos, não apenas promissores como eficazes do ponto de vista da reprodução sistêmica.

No caso mais específico do PT, sua decisão de manter-se dentro das linhas já traçadas de antemão pelo antecessor imediato parece demonstrar essa opção, não como uma incoerência ou abandono de uma perspectiva, mas como atitude política coerente de um partido reformista que não vê na confrontação o caminho mais acertado para mudanças (assim como estas passam a ser entendidas). Ao reduzir, como fez, a proposta de ruptura a um puro anacronismo, e seguir os passos da nova social-democracia europeia, com a qual passa a manter vínculos ideológicos informais, passa a desvendar uma nova faceta administrativa, apegando-se a dois pontos fundamentais para a nova identidade que procura construir que, no fundo, revelam a identidade que procura assumir: à *estabilidade* como condição para a harmonia entre os diferentes interesses e à *harmonia* como pressuposto de um crescimento sustentável.

1. ELEIÇÕES E RECESSO DA POLÍTICA

Na passagem da Monarquia à República, diversas foram as manifestações de desagrado com a postura *camaleônica* de antigos monarquistas, ou com aqueles que facilmente se adaptam a qualquer contexto político. Não foram poucas as atitudes de repúdio às vacilações ideológicas de figuras expressivas do denominado republicanismo de casaca e ao seu oportunismo. As conversões aceleradas e sem problemas teriam sido objeto de muitas lamúrias por parte de alguns poucos que de certo modo até chegaram a imaginar que se podia, de fato, promover pelo alto uma ruptura com a velha e carcomida monarquia imperial. Esse otimismo, porém, teria durado muito pouco.

Já nos primeiros ensaios de reestruturação do poder, na sua fase republicana, podia-se ver como tudo permanecera no mesmo lugar. Personagens de casaca e *pince-nez* se cruzavam nos mesmos corredores, tramavam as mesmas tramas, nem mesmo cismados seus atores ou figurantes de que estava-se diante de algo novo. República: qual república? O que era mesmo aquilo? Para alguns, muito cedo desiludidos, a república de casaca era aquilo mesmo: uma casaca vazia, não mais do que um ornamento novo para uma velha monarquia que se apresentava agora com cores novas, ou nem mesmo isto. Mudava-se a disposição dos atores para que estes realizassem as tarefas de sempre.

Durante todo o século XX, outros tantos momentos se transformaram em idênticas fontes de dissabores e frustrações, sobretudo para os que, quase sempre muito otimistas, insistiam na mesma ladainha de confundir aqueles momentos em que se transita de uma etapa ou fase de desenvolvimento a outra com momentos de ruptura entre elas. Foi não apenas usual como bastante freqüente, e até proposital, a confusão entre *transição* e *ruptura*. Não apenas no caso da assim chamada transição monárquico-republicana, quando

teria sido notória a ausência de qualquer perspectiva de ruptura, mas em tantas outras, a exemplo da transição da República Velha para os novos arranjos institucionais dos anos 30, ou, mais recentemente, do regime militar aos ensaios de uma Nova República, de 1985 aos anos 90.

Reflexo dessa confusão são as frustrações que crescem a partir do momento em que novos regimes de transição começam a se consolidar, sobretudo dos muitos que apostaram, acreditaram e depositaram fé na força do movimento, postos no limite entre o espectro do real e a realidade concreta. Não foram poucos os que, ao longo de nossa história, sonhando sinceramente com a construção de um governo popular e lutando bravamente para a realização desse sonho, tiveram que se contentar com governos que, tomando-se por novos, não passaram de simples reedição do antigo, atentos apenas à reformulação no jogo de poder decisório. Ao invés de passos na direção de uma ruptura, essas transições não passavam de rearranjos institucionais que, no fundo, visavam reforçar, na maioria das vezes, as mesmas formas de dominação.

Como nas mais distintas transições republicanas razões não faltaram para o espanto e até para a indignação com manipulações e negociatas, não é menor o número dos que, ainda hoje, deixam escapar uma certa insatisfação – um doído desencanto – com o que passam a observar nessa passagem de um governo de corte e natureza profundamente antipopular, como o de Fernando Henrique Cardoso (FHC), para um governo que se antevia justamente como o seu contrário, o governo Luiz Inácio Lula da Silva, liderado pelo PT. Se na transição imperial fora muito comum o desencanto, no desabafo contra uma república que nascia com todos os trejeitos da velha monarquia, oligárquica e semi-escravista, já não surpreende que cresça o número daqueles que, até com certo ar de desespero, não mais se pejam de demonstrar seu cansaço e sua desesperança, aberta ou silenciosamente, sincera ou de forma oportunista.

De fato, não são poucos os ressentidos com a trajetória do atual governo, muito pouco condizente com as expectativas e esperanças depositadas por anos a fio numa mudança real que, aos poucos, desliza como água entre os dedos. A alegria cede lugar ao espanto a cada passo dado, a cada medida, a cada escolha ministerial, a cada substituição de ministros, a cada aliança... O espanto se torna quase generalizado à medida que o tempo passa e o governo vai mostrando sua própria cara. A constatação, às vezes óbvia, não deixa de ser doída. Esta não fora uma mudança qualquer, de forma até semelhante ao que ocorrera na transição da ditadura à Nova República. Por isto, dói a constatação: o momento da virada não havia chegado.

O custo dessa constatação se traduz numa certa desesperança, expressa mais uma vez no velho pessimismo, que passa a rondar o mundo dos que se haviam enredado na ilusão mudancista e conferido a estas ilusões sobre uma possível virada de mesa pelo alto o mesmo perfil dos preconceitos e posturas das velhas elites reacionárias brasileiras. Ambos, povo e elites, se irmanam nesse momento em torno de um mesmo ideário – de um governo que tudo pode e que se torna eixo central das mudanças sociais –, assentado numa

falsa compreensão da própria democracia como simplesmente escolha através do voto daqueles que vão assumir responsabilidades governamentais. Por paradoxal que possa parecer, esse modelo democrático, ancorado fundamentalmente no voto e na “livre escolha”, assim como ganha expressão e densidade e se consolida, se dissemina como verdade muito mais no imaginário popular do que entre os setores dominantes do capital que nunca o tiveram como mais do que meramente circunstancial.

A democracia como voto e o voto como condição de legitimidade das transformações sociais assumem, assim, a condição de uma ilusão popular, mesmo que esta não deixe de traduzir uma aspiração concreta de transformação. A ilusão democrática é um crédito na esperança. Numa democracia pautada na mediação dos interesses, a crença chega a ser mais importante até do que a própria consciência. Nesse sentido, velhos argumentos, que pareciam mortos desde a derrota do governo de Salvador Allende no Chile (em 1973) e de outras tentativas similares de reforma pelo alto, ganham foros de novidade. À velha questão de ser ou não o capitalismo reformável respondia-se, mais uma vez, positivamente, desta feita no maior país da América do Sul, naquele que ostenta justamente o seu maior Produto Interno Bruto (PIB).

A estrondosa vitória do PT nas eleições de 2002, com toda a carga de simbolismo que ostentou, elevou a moral dos crédulos: “*Agora vai! É Lula lá!*”. Fez também renascer as esperanças dos incrédulos. A derrota dos representantes mais diretos das classes dominantes, da aliança do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) com o Partido da Frente Liberal (PFL), abalou a certeza na perenidade do *status quo* conservador, nos arranjos continuístas quase sempre muito bem sucedidos. Passa-se a duvidar, desde então, na força e na eficácia das velhas manhas das classes dominantes brasileiras, daquelas que nunca perdem. A reforma era possível e a mudança, provável. Os “sem teto”, os “sem terra”, os “sem nada” e mais da metade dos eleitores que apostaram simbolicamente na mudança de rumos do país podiam enfim se reanimar. A hora havia chegado? Não era possível saber ao certo. Mas era possível vencer as elites. Estas sentiram o choque e, não por acaso, se armaram, passado o choque, para a *guerra fria* cabocla que começam a travar.

No campo popular, o otimismo brotava de quase todos os cantos. A paixão da política ganhava um novo alento. A vontade popular sobrepujara a astúcia das velhas raposas políticas, mais uma vez sem uma avaliação do que poderia significar vencer, naquele momento, de braços dados com os mais ferrenhos inimigos de qualquer transformação mais profunda do *status quo*. O desafio estava posto na mesa de negociações e dos conchavos. Até a posse do novo presidente, quando tudo parecia seguir aos tropeços, a maioria silenciosa que houvera feito a aposta pressente que algo estava mudando, mas prefere insistir em que tudo daria certo ao final.

O sentimento de vitória sobre as elites havia significado muito. Recusa-se o pessimismo a qualquer custo. Prefere-se acreditar naquilo até então muito pouco provável: que o poder estava em suas mãos, independente dos

conchavos políticos em curso que o esvaziam gradualmente como força decisória. Evita-se a frustração. A natureza do novo poder, seus projetos, suas alianças e perspectivas reais, eram claramente deixadas de lado. As urnas em si mesmo se revelam como garantia, como se a novidade fosse realmente efetiva. Pouco importava àquela altura o desembaraço do próprio presidente eleito, quando, já consciente de sua vitória, chantageado claramente pelo seu antecessor, não se pejava de afirmar em alto e bom som que cumpriria todas as obrigações firmadas pelo governo anterior com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Não só: em pleno processo eleitoral, e na busca de aliados e do esfriamento do ânimo dos representantes do sistema financeiro, dá garantias antecipadas de que a política econômica seria conduzida de tal modo a impedir sobressaltos. Ninguém parava para ouvir, nem queria saber de nada. Era reconfortante acreditar que podia-se alterar o quadro de desigualdade, exploração e opressão no país, argüindo-se simplesmente a vitória numa eleição que se tornaria histórica pelo simples fato de se ter como candidato uma liderança sindical operária, uma representação dos explorados e oprimidos.

No momento em que se verificava um claro esgotamento das experiências do Leste Europeu e da União Soviética, nada como retornar às velhas incursões nas transições democráticas pacíficas e conduzidas pelo alto. As ilusões reformistas se renovavam, embaladas no sonho de que era possível assumir o poder sem conquistá-lo, ao velho estilo russo da *guerra de movimento*, para todos os efeitos tido como desgastada. O eixo da problemática era agora deslocado: o poder não devia ser conquistado e o *locus* do poder passa a se confundir com o da administração. Ora, esta havia sido sempre a forma de afirmação das esquerdas reformistas, que se tornam legítimas somente quando procuram se desvencilhar de qualquer perspectiva de mudança mais profunda.

O caso brasileiro não foi diferente. O pressuposto aqui era o mesmo: a convicção mais profunda nas cúpulas ordenadoras dos processos eleitorais e dos programas partidários era a de que uma administração de esquerda não se sustentaria se não abdicasse de princípios que haviam norteado teorias e práticas de transformação baseadas no confronto. *Mudar*, para estes, passa a ter a mesma conotação de *conservar*. O espírito *bersteiniano* pesa como um pesadelo sobre a cabeça dos novos administradores. Faz-se uma aposta no silêncio. A desmobilização das organizações sindicais, o silêncio comprometedor dos movimentos sociais e a apreensão da grande massa, sempre na expectativa, deixou todas as cartas políticas nas mãos de um único jogador.

Ao invés de funcionar como um momento de exposição, a eleição firmou-se como pacto silencioso. O candidato das oposições de esquerda, por suas alianças à direita, não pretendia aparecer como perturbador da ordem financeira mundial e, de algum modo, seus eleitores evitam perturbar o candidato, promovendo uma trégua na luta social, com a qual não discordou nem mesmo as alas mais radicais do movimento popular. Ninguém parecia

acreditar no que via. Preferiam identificar em tudo uma tática oportuna, como se o candidato fingisse manhosamente, escondendo a cabeça, aceitar certas condições, para, mais adiante, já no poder, reverter tudo em ações mais decididas em favor da grande maioria. O candidato parecia ter a clara convicção de que os últimos queriam uma mudança mais profunda, mas, se lhe deram carta branca, tinha convicção, estavam dispostos a esperar.

2. ESPERANÇA E FRUSTRAÇÃO

Os primeiros momentos do mandato presidencial demonstram cabalmente o quanto o novo governo era prisioneiro do antigo pacto de silêncio. O caos herdado do governo anterior de FHC comportava apenas duas alternativas: ou administrava-se esse caos visando ganhar credibilidade internacional ou rompia-se com o modelo de integração internacional adotado, numa linha de confronto não contemplada em nenhum momento pela nova administração.

O intelectual socialista inglês, Ralph Miliband (1924-1994), ao discorrer, em **Marxismo e política** (Rio de Janeiro, Zahar, 1979), sobre a capacidade que podia ter um governo de esquerda, constituído através de eleições livres e diretas, de promover alterações significativas numa determinada situação histórica ou conjuntural, acenava para duas possibilidades concretas, postas na dependência de uma avaliação da correlação de forças, real ou imaginada. Essa avaliação tanto podia levá-lo a (1) agir com decisão, procurando remover os obstáculos impostos às mudanças que considerasse necessárias, desconhecendo a correlação de forças políticas na cúpula dirigente e firmando-se numa possível disposição transformadora de suas bases populares como também, ao invés disto, (2) apostar na efetivação de acordos e alianças pelo alto, desconhecendo todos os compromissos efetuados com suas bases representativas, e nada reformar.

Ambas as situações seriam possíveis. As conseqüências, logicamente, é que poderiam ser diversas. Em caso de adotar a primeira alternativa, segundo Miliband, o governo podia até ser vítima da sua ousadia, caindo provavelmente num isolamento fatal. Leva-se em consideração aqui o desequilíbrio histórico entre as forças dos dominantes e dos dominados. Mas poderia também contribuir para o avanço das reformas necessárias à construção de um novo futuro, destruindo paulatinamente os obstáculos ao progresso social e rompendo as limitações permanentemente impostas pelas articulações conservadoras dominantes.

Todavia, caso se encaminhasse pela segunda possibilidade, muito provavelmente poderia garantir sua sustentação, ao reformular suas alianças e compromissos anteriormente firmados, adotando uma nova roupagem de direita. A um custo muito alto, certamente, pois tudo isso tendia a comprometer qualquer projeto futuro de mudanças. Ao rejeitar os compromissos com a radicalização de seus objetivos, poderia até estar se legitimando diante de forças que muitas vezes não rejeitam apenas os projetos de mudanças, mas, acima de tudo, aqueles que os conduzem. Normalmente, governos de esquerda eleitos temem a primeira alternativa porque receiam cair no ostracismo, numa antecipação de sua própria fragilidade. A força popular não

parece suficiente. Reformadores diversos sonham com a conversão das classes dominantes, enquanto abordam as classes dominadas das quais não almejam nada mais do que seu apoio silencioso. Optam pela segunda alternativa quase sempre como estratégia de auto-sustentação, nem sempre se dando conta de que, assim, muitas vezes não fazem mais do que cavar sua própria sepultura.

O chamado “núcleo duro” do PT foi bastante incisivo na sua defesa da segunda alternativa. Isto ficou bastante evidente no Encontro de Recife, quando se firmou a aliança como eixo estratégico das mudanças. As resistências foram grandes, mas incapazes de deter aquilo que se desnudava como mudança permanente. O projeto do “núcleo duro” do partido e do governo assumiam a cautela como princípio e uma elevada disposição para fazer concessões, não às classes trabalhadoras, mas às distintas burguesias, especialmente àquelas consideradas eixos de uma nova dinâmica de crescimento. Procurava eliminar a ousadia do seu universo, não acreditando que a correlação de forças fosse favorável a mudanças mais profundas no perfil estrutural da sociedade – agrário ou das relações sociais –, numa demonstração de claro temor de que mudanças bruscas se voltassem contra seu próprio futuro.

Dessa maneira, imagina sempre uma correlação de forças, mas nunca a testa de fato. O futuro se torna uma incógnita. Adquirir o direito de governar através das eleições não tem o mesmo significado de conquistar do poder. O governo até parece se dar conta disso, mas tergiversa na maioria das vezes e faz de conta que desconhece tudo isso, esmerando-se na construção de uma nova faceta mais ponderada e equilibrada, bem ao gosto daqueles que nos bastidores o manobram, contra ele, sem muitos disfarces. A consciência dessa limitação, de um governo sem poder efetivo, talvez o tenha levado a vacilar em relação a suas opções. De qualquer modo, não quis parecer problemático: procura solucionar tudo de forma bastante pragmática. Quer fazer uma boa “boa administração” para todos, reconciliar-se, ao contrário, com uma tradição, ao invés de procurar implantar caminhos que o levem a uma ruptura com tudo aquilo que se revela – ou pode vir a se revelar – como obstáculo futuro a uma transformação mais profunda e significativa.

A percepção desta vacilação – melhor dizendo, dessa convicção – parece se refletir na crescente frustração que se amplia entre os muitos que esperavam ansiosamente por reformas mais sérias e comprometidas. É sensível um certo mal estar entre antigos aliados que não se vêem mais contemplados por nenhuma das medidas tomadas, nem de longe identificados com qualquer objetivo de reformar para romper. A essa altura, o vício conservador transmite uma sensação desagradável de traição: de que a maioria foi vítima de um grande engodo. Não era para menos: a cada tentativa de promover reformas (tributária, previdenciária, trabalhista) as vistas não se voltavam nunca para pontos que contradiziam o passado. Pelo contrário, desde os planos de estabilização, as reformas não passavam de senhas para a conservação do *status quo*. O governo não sai da linha, faz o dever de casa como um aluno que procura acima de tudo o reconhecimento dos mestres.

Nada disso, contudo, impede que velhos conflitos ocorram. Não são claros os efeitos de uma reforma fiscal-tributária centrada, sobretudo, na redução de gastos, as implicações de uma reforma previdenciária que a encaminha para sua privatização, ou de uma reforma trabalhista, em seu afã de eliminar direitos, sobre um já combalido movimento sindical. As reformas do governo são conservadoras por seu espírito e, como tais, contribuem para elevar os níveis de frustração cada vez mais elevados. A sensação é de que o governo atua de costas para as camadas populares da sociedade e de frente para os donos do capital.

Essa frustração já era bastante sensível ao final do primeiro ano de seu mandato. Mesmo para grande parte dos que ainda não se haviam desiludido, a despeito do que vinham observando, a sensação era de que não se estava diante de algo politicamente novo, mas do continuísmo, como nas velhas transições. O novo já nascera velho, como nas clonagens biológicas. Não se tratava de frustração com os índices do PIB em queda, com o crescimento desmedido da dívida pública mercê das elevadas taxas de juro ou com qualquer outra evidência econômica. O que mais parecia chocar mesmo era a indisposição de assumir-se como um governo dos trabalhadores: como um governo que teria se decidido por encetar uma nova caminhada.

Essa indisposição repercutia através da sensação que transmitia de imobilidade. Entre a posse e o final de 2003, essa imobilidade foi o marco da administração. O governo parecia correr numa esteira rolante. O PIB caiu e o desemprego subiu, atingindo índices alarmantes (o maior na Grande São Paulo, desde o fatídico ano de 1992). Nada ou quase nada se realizara nos, e em termos de, assentamentos rurais. A dívida pública cresceu – mais de R\$ 900 bilhões, frente a um PIB de aproximadamente R\$ 1.400 bilhões –, com reflexos nos níveis de consumo que despencaram, acompanhando os níveis de desemprego.

Outros diriam que, em compensação, as exportações cresceram, ou que o país nunca foi tão ativo no âmbito das relações internacionais, delongando a discussão sobre a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e divulgando produtos brasileiros no exterior, nem efetuou tantos contratos e acordos internacionais. Mas este teria sido o compromisso implícito no processo eleitoral. A viabilidade do governo decorreria de sua capacidade de fazer girar os negócios num país à beira do esgotamento econômico. Nesse sentido, não fez mais do que viajar e protelar, como os demais, na tentativa desesperada de desviar as fontes de instabilidade macroeconômica. Vender era o que mais interessava no momento. O país havia se transformado num balcão de negócios e o governo num leiloeiro de vantagens oferecidas a quem acreditasse. O sacrifício imposto, em termos de desemprego e retrocessos no campo social, era justificado em nome de uma estabilidade argüida como tal, naquela conjuntura-chave, como ponto de partida para a retomada econômica.

Procura-se demonstrar aos principais detratores que o governo era viável e devia ser merecedor da confiança das mais importantes representações do capital mundial, fiadoras indiscutíveis de sua viabilidade institucional. A rigidez

da política monetária, pautada na manutenção de elevadas taxas de juro, atendendo a interesses de aplicadores de toda espécie, nacionais e internacionais, ao lado da insistência na geração de excedentes fiscais, combinando elevação de receitas e queda dos gastos públicos, funcionando, no caso, como poupanças tributárias para a cobertura de dívidas internas, além dos favorecimentos às mais diversas camadas de empresários, exportadores e não exportadores, não apenas reforça o argumento da estabilização como, paradoxalmente, servirá de base para aquilo que será tomado como prenúncio de uma retomada do ciclo virtuoso do crescimento.

Da forma como foi anunciada, no entanto, tal retomada do crescimento mais parecia, de fato, uma prestação de contas; mais um pedido de trégua do que outra coisa. Promete um “espetáculo do crescimento”, unindo ortodoxia e heterodoxia em busca de legitimação, como se procurasse responder indiretamente às mídias diversos que o atacam diária e impiedosamente. Não apenas isto, mas aplacar o nervosismo de segmentos amplos do capital, mais particularmente daquelas frações menos dinâmicas, às voltas com problemas de realização. Procura responder também a certas frustrações já demonstradas pelas classes trabalhadoras em geral, do campo e da cidade, sem ocupação nem perspectivas.

Crescer sempre funcionou como um álibi para governos em busca de legitimação, como que uma palavra mágica, o eixo capaz, por si mesmo, de resolver todos os problemas da sociedade de uma vez só. Na sociedade brasileira, o crescimento econômico foi peça fundamental não apenas para a constituição como para a derrubada de mitos. O Juscelino Kubitschek (1956-1960) dos meios de comunicação não existiria sem o Plano de Metas, assim como a ditadura dificilmente rui sem a crise dos anos 80. O governo tem consciência dessa verdade e aposta na sua capacidade de protagonizar um novo ciclo de crescimento econômico, alardeando-o como quase uma tábua de salvação.

Seu objetivo ia muito além de simplesmente demonstrar essa intenção de crescer num momento delicado, em que os indicadores eram amplamente desfavoráveis, e de propagandear-lo abertamente. Ao divulgar a decisão de promover o crescimento, procurava apaziguar os ânimos dos descontentes, tendo em vista recuperar a estima entre amigos e inimigos. Entretanto, atado fundamentalmente à ortodoxia liberal, não sabia como promover desvios heterodoxos: como estabilizar a economia e crescer ao mesmo tempo? Tudo soava, no mínimo, muito esquisito. Pois, no mesmo momento que revela a decisão governamental de promover o crescimento, adota medidas de política econômica de cunho ortodoxo que contradizem claramente essa possibilidade, medidas como arrocho dos juros e contenção salarial, apenas para citar algumas mais problemáticas do ponto de vista de seus impactos negativos sobre a demanda efetiva (procura).

A fórmula já havia se desgastado no governo anterior: atração de capitais especulativos, movidos pelas elevadas taxas de juro, e estímulo a investidores que se dispusessem a fazer do país uma plataforma de exportação, argüindo-se os seus salários altamente competitivos em termos internacionais.

O atrelamento da estratégia à necessidade declarada de atender a compromissos financeiros tornava a retomada do crescimento pouco mais do que discurso vazio. Ou uma miragem, nada mais do que isto. Talvez uma tentativa desesperada de recuperar o otimismo que se esgarçara com o acúmulo de frustrações. A estratégia, como o governo a imaginou, parecia simplesmente se ater à quebra de um certo “ciclo vicioso” de pessimismo, assim como alguns mais conservadores insistiam em afirmar, limitando-se a política econômica ao exercício dessa função, como se *pessimismos* e *otimismo*s derivassem de simples atos de vontade.

Do ponto de vista sistêmico, é claro, não se pode considerar totalmente descabido o esforço. A continuidade reprodutiva de um sistema depende do comportamento daqueles que recebem os seus principais influxos. Não dá, porém, para excluir outros condicionamentos, de base bem mais objetiva, deixar, sobretudo, de reconhecer que as problemáticas enfrentadas tinham natureza estrutural, na medida em que tendem a se agudizar quando não resolvidas ou enfrentadas devidamente, como parece ser o caso. O governo se enfeitou com o seu próprio papel de agente contornador da crise. O tempo inteiro procura convencer a todos que *agora* o sistema ia funcionar para valer. O caos aparente, segundo seus mais destacados mentores, teria sua justificativa no péssimo comando da economia efetuado pelo governo precedente. Insiste nisto: a administração agora é outra.

Tudo, então, era posto na dependência dos créditos de confiança que lhe fossem concedidos. Isto era o que buscava. Mas sem mudança de rumo, sem mexidas profundas na estrutura remanescente de poder e domínio econômico, sem uma remexida nas formas de relacionamento com o sistema financeiro mundial. Muito provavelmente discursos como estes tendiam a soar como mera autodefesa, como não mais do que um pedido de desculpa antecipado ante o crescimento provável do descontentamento popular. A insistência no bem administrar um modelo falido e sem bases de sustentação objetiva tenderia a levar esse governo, assim como já havia feito com o anterior, ao desastre. A saída do crescimento só poderia ser real se ancorada em sólidos alicerces. Isto significava romper com os oito anos de desastre do *tucanato* servil.

A disposição, porém, não era muita. As vacilações, sim. Sem isto, surtos ocasionais de crescimento podiam até voltar a acontecer, produto de um ou outro movimento esporádico, mas sem qualquer possibilidade de manutenção mínima ou garantia de continuidade. Os surtos esporádicos nada podem garantir em termos futuros, pois, cessada a causa (uma alteração do câmbio, ciclos de festas, crescimento eventual da demanda internacional ou outras eventualidades) logo cessam seus efeitos e voltam a se agudizar os velhos problemas.

O governo até que percebeu a necessidade de mudar a política. Nunca teve dúvidas de que o crescimento econômico por si só não podia balizar qualquer que fosse a esperança de transformação social. Procura, assim, dar-lhe um cunho de permanência, de algo estruturante ou estruturador. O que entendia por isto? O anúncio de uma nova política industrial foi nesse sentido bastante

reveladora. Para seus estrategistas, seguindo as principais tendências conjunturais, a nova estratégia industrial devia seguir os trâmites e as exigências da integração competitiva, pura e simplesmente. As palavras mágicas são *tecnologia* e *competição*. Ao mito do crescimento acrescenta-se o da salvação tecnológica, sob pressão, proveniente de diversas fontes (intelectuais e empresariais), para que se encetasse uma política industrial que promovesse a integração competitiva do país – ou de seus capitais – em consonância com ciclos tecnológicos dos capitalismo centrais, ofertando incentivos aos que se dispusessem a implementar ações adequadas à constituição desses objetivos.

A nova política industrial foi elaborada de modo a propiciar melhores condições para a valorização dos capitais, sem nenhuma relação com a situação dos trabalhadores. Pelo contrário, o enxugamento dos direitos se torna um eixo complementar da nova política, um passo a mais na ruptura com as limitações impostas às inovações competitivas. Tal política, portanto, procura funcionar como uma tábua de salvação para setores do capital ditos dinâmicos, sem nada dizer a respeito dos que não se articulam ou não têm condições de fazê-lo. Nada dizer nem prometer. Ora, nos últimos quatro anos, o governo simplesmente administrou crises, procurando manter suas peças fundamentais em ordem e funcionando. Procurou ser eficiente ao máximo no controle dos recursos, restringindo-se ao mínimo necessário para se manter em pé diante de uma oposição de direita altamente aguerrida e apoiada no conjunto da mídia nacional, recusando-se a plantar qualquer semente nova. Em nenhum momento demonstrou qualquer interesse ou intenção mais efetiva de alterar minimamente as regras do jogo. Frustrou expectativas e fomentou a desilusão, até mesmo daqueles que de um modo ou outro sempre se dispuseram a esperar que as coisas mais cedo ou mais tarde pudessem ganhar um outro rumo.

Talvez, por isso, são muito poucos aqueles que se dispõem a acreditar que o país está entrando num novo ciclo, como vez por outra afirmava o ex-ministro Palocci. As reformas jogaram um balde de água fria nas esperanças. Raríssimos são os que ainda fingem acreditar na ruptura com atitudes, práticas e tradições. Em que pese a levandade frequentemente realçada nos que as fazem, as denúncias de corrupção no governo contribuíram para arrefecer o ânimo, mas, sintomaticamente, muito pouco a esperança. Paradoxalmente, o governo tem sido favorecido pela própria oposição de direita e por suas acusações. Uma direita imoral em defesa do moralismo não passa de contra-senso. Antes era o medo abertamente expresso por certa atriz no horário eleitoral; agora, senadores e deputados, filhos diletos do regime militar e das velhas e carcomidas estruturas oligárquicas, afirmando de forma cínica e pouco comovida que “não dá para conviver com tanta corrupção”. Até FHC entrou no denunciamento, esquecido de tudo que aconteceu no seu governo, muito pouco condizente com qualquer atestado de idoneidade.

O *lacerdismo* recobra ânimo, escudando-se na vacilação e na mediocridade de um governo que, aspirando ser de todos indistintamente e estar acima das classes e dos seus interesses concretos, abriu os flancos para a igualação com as mais tristes e ínfimas figuras dessa insincera república. O otimismo,

porém, não morre de todo. Nas brechas abertas pela falácia de um denunciamento incoerente e inconsistente, ele retorna nos discursos e nas estratégias. Em 2004, o ministro da Fazenda se sentia à vontade, alardeando toda a sua ortodoxia – mais de sua equipe do que dele – na valorização do equilíbrio das contas públicas e na redução da taxa inflacionária e do Risco Brasil, para afirmar que, no Brasil, “*só era pessimista quem queria ser*”. Em 2006, ainda ministro, repete a dose: propõe um novo acordo social para o crescimento, clamando pelo apoio dos empresários, em plena algaravia de acusações de corrupção, ao projeto de crescimento do PIB nacional.

O presidente Lula aproveita o momento para alfinetar seus críticos à direita e à esquerda. “*Deixem-me trabalhar!*”. “*Não é possível*”, afirma, “*que mudanças ocorram da noite para o dia*”. “*A pressa*”, diz, “*é inimiga – no velho e desgastado chavão – da perfeição*”. “*O espetáculo de crescimento*”, promete, “*está para ser iniciado*”. Deixa transparecer que o pior já passou. O recado tem uma direção certa. Não se dirige aos que trabalham, aos explorados pelo capital, aos desempregados, antes aos que toma como protagonistas da dinâmica capitalista no país. Entre 2003 e 2004, nada, de fato, aconteceu. As taxas de crescimento foram quase nulas, a economia permaneceu atada a indicadores bastante tímidos de crescimento econômico e de emprego, como um reflexo da continuidade do ajuste ortodoxo da economia e do ciclo recessivo, em que pesem os sinais isolados, mas não convincentes, de recuperação em alguns dos países mais avançados do capitalismo. Ressalta a falta de um projeto mais consistente, menos convencional, de saída do ciclo. Arremedos de políticas industriais não passam de remendos.

O presidente viaja, procura fomentar alianças circunstanciais que acelerem os esquemas de realização das mercadorias produzidas. O diagnóstico da crise perpassa uma ameaça de superprodução de mercadorias. É preciso, portanto, forjar canais. É a imagem do caixeiro-viajante. Procura realizar mercadorias, vender e vender cada mais. Ser competitivo. Esse é o *slogan* dos ministérios econômicos. Tudo isto sem qualquer projeto de mudança significativa nos rumos. A ausência é grave. O governo finge não se dar conta disto, ainda que pressinta. Mas, a julgar pelos fatos, não se intimida. Não aposta na mudança de eixo, insistindo na máxima de tradicionais defensores das correntes dominantes da economia: que mudanças nas políticas de oferta podem levar a uma mudança significativa nesse quadro e exercer empuxe sobre a própria demanda. Coloca, pois, qualquer saída estratégica à mercê do capital e de seu desenvolvimento.

As reformas são acomodadas. Não pretendem sair dos limites impostos pelos compromissos que instintivamente mantêm com o pragmatismo e a ortodoxia dos liberais. O governo se põe a todo momento como refém dos mercados. Alguns de seus ministros chegam a surpreender pelo excesso de rigidez ortodoxa. Uma boa política de oferta pressupõe melhores e mais seguras condições para que o capital exerça livremente suas funções de acumulação. A política econômica procura responder a essas demandas de modo inflexível. Parcimônia nos gastos sociais e equilíbrio das contas públicas são as palavras de ordem mais ouvidas e defendidas por defensores do afastamento do Estado de qualquer intervenção direta na economia. Abaixo os custos de

produção! Mais oferta de produtos à venda! Não se importam – e como poderiam se importar – com os graus de exploração da força de trabalho e com a precarização das relações sociais. O fundamental, no caso, é a garantia das elevadas margens líquidas de lucro, condição para a retomada dos investimentos e do crescimento econômico.

O governo se torna a agência mais importante do capital, no momento em que este mais ataca o Estado. O então ministro da Fazenda, um dos maiores defensores da ortodoxia na política econômica, se alinha explicitamente aos ortodoxos ou dogmáticos liberais. Torna-se o semblante médio do governo: o mais fiel escudeiro do capital, sem qualquer exclusão dos demais. Dele partem as mais explícitas declarações de amor e de obediência ao dogma da estabilidade como condição para o crescimento. Agem como predestinados. O que mais importa – a condição para o milagre – é o equilíbrio fiscal, orçamentário, das contas públicas, enfim, qualquer equilíbrio que dê conta das suas responsabilidades como gestores. Um possível desastre não o preocupa. Nem mesmo a angústia dos que não arranjam ocupação ou, quando a conseguem, nunca passa de algo temporário e precário em termos dos direitos sociais, incapaz de levá-los a planejar com mínima segurança qualquer futuro imediato.

Não importa também a concentração real das riquezas, cuja permanência, de forma aberta ou mascarada por dados estatísticos forjados, aguça os mecanismos de corrupção e de concentração de rendas, com respingos na elevação da criminalidade, formação de quadrilhas especializadas no assalto ao dinheiro público e lavagem de dinheiro, entre outras mazelas. Não se dão conta do quanto as diversas formas de insegurança refletem essa violenta concentração num país onde a diferença entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres se eleva atualmente a mais de quarenta vezes, a ponto de possuímos hoje mais proprietários de telefones celulares do que pessoas atendidas pelo saneamento básico. Os dados não são nada animadores. Nada disto, porém, o demovia da ortodoxia de suas práticas, nem mesmo a fome que grassa. É frágil o olhar sobre as profundezas da nossa miséria real. Faz-se mais publicidade sobre a miséria do que planejamento efetivo de combatê-la. Verifica-se uma obediência às determinações das agências reguladoras internacionais, sobretudo ao Banco Mundial e às agências de risco. Toda a estratégia está voltada para saldar os compromissos, o que significa dizer, para assegurar a continuidade dos fluxos internacionais, alheia totalmente aos seus custos sociais e políticos, quase nunca devidamente mensurados.

3. O TEMOR DA RADICALIDADE

O excesso de rigor ortodoxo e o tom abertamente conservador da política governamental não podem ser considerados surpreendentes. Desde o início, o governo não demonstrou qualquer disposição de radicalizar. Evitou a proximidade com qualquer crítico. Por temor ao isolamento, isolou os seus críticos mais sinceros. Preferiu não ouvi-los. Desde que emerge na cena política já o faz comprometido com a manutenção da estabilidade. Nunca se comprometeu publicamente com possíveis mudanças na cena real. Portanto, não traiu compromissos. Ao contrário, sempre manifestou como que um temor

de que essa idéia de um “governo das mudanças” germinasse efetivamente. Muito do que tem servido hoje de base para crítica ao governo não deixa de fazer parte daquilo que estava na imaginação de seus defensores mais entusiastas.

É preciso concordar com um certo filósofo cearense, quando afirma que o “*que está implícito não está explícito*”. Ora, quem seria capaz de interpretar o que o governo de fato entendia como mudança? Muito difícil, ainda mais quando nada disto estava na agenda. Pode-se exigir dessa gestão tudo aquilo que pretendia-se que fosse realizado num governo de corte popular. Mas não se pode cobrar promessas que ele mesmo não efetuou. De qualquer modo, nada parece perturbar sua trajetória. Enfiando a cabeça no turbilhão, o governo aparenta estar seguro de sua força natural. Para ele, tudo parece muito claro. Independente de qual seja o conceito de mudança, mudar é efetuar qualquer ação. Ação é administração. E ele age, ninguém duvida nem nega. Não está e nunca esteve inerte. A inércia política tem várias faces. Apega-se a uma delas, como se fosse a mais significativa, procurando convencer que a esquerda reformista no poder pode ser tão ou mais capaz de gerir o capitalismo com eficiência do que a direita conservadora.

Já a imprensa, incansável na busca de elementos que possam contribuir para desmoralizar essa convicção, não faz mais do que confirmar a assertiva. Usa as ambigüidades do governo para acusar a esquerda (no geral e a administração do PT em particular), numa espécie de demonstração de que no poder são todos iguais. Argüindo a prática gestorial, procura revelar a *indistinção*, como se todos fossem a mesma coisa: defensores da finança especulativa, do latifúndio e dos proprietários em geral. À primeira vista, parecem exigir coerência: de *quem* e com o *quê*?

Mas não são totalmente explícitos em relação aos seus propósitos. Expõem menos do que escondem. Na verdade, mentem quando cobram coerência. Não desejam que o principal partido no governo seja fiel aos seus pretensos compromissos. Não consta que jornais conservadores ou TVs em geral aspirem por qualquer transformação mais profunda na sociedade. Sua postura é sórdida e mesquinha. Acreditam que esta seria a via mais acelerada para a desmoralização mais rápida de um projeto com o qual sempre mantiveram conveniente distância. Ressaltam a coerência por puro oportunismo. O que desejam é a destruição o mais breve possível do próprio governo. A radicalização de posições – a coerência, de fato – seria o passo mais curto para o caos institucional, e esse caos a mais cabal demonstração de sua incompetência administrativa. Daí para a queda, ao estilo Collor, a distância seria mínima.

Os efeitos dessa postura são imediatos. Não por acaso, partido e governo fazem questão de não tomar qualquer posição que possa ser confundida como atentatória às normas institucionais, perseverando na defesa das regras, como quem se vê ameaçado pela sua não-obediência. A defesa da ordem se torna uma fixação. Não apenas como uma defensiva tática, mas por temerem de fato uma mudança real. Sintomaticamente, mudança real significava isolamento das elites, caos institucional ou, quem sabe, *impeachment*. Assim,

repelem a possibilidade de descontrolo e abdicam de qualquer atitude arriscada desde esse ponto de vista.

Torna-se consciente de que a condição de sua viabilidade política e institucional é a aceitação das regras do jogo. O conservadorismo ganha ares de condição de sobrevivência política. Não por acaso, procura sempre navegar próximo das margens, abandonado qualquer aventura ou ousadia maior que comprometa sua aceitação pelos “donos do poder”. Movido por preocupações como esta, nunca ousa deixar sua marca exclusiva na formulação de alternativas realmente transformadoras. Não pretende desviar-se do rumo nem criar problemas, assim como se pode observar nas vacilações em relação à política agrária, na questão externa ou mesmo na definição de uma nova política trabalhista. Parece destituído de qualquer determinação. Parodiando Spinoza, quanto mais procura se afirmar mais de fato se nega.

Em relação especificamente à questão agrária, não se trata apenas da timidez dos passos dados. Neste caso, não há proposta mesmo. Até agora ninguém conseguiu extrair do governo uma intenção mais concreta. A opção é continuísta. Há um vazio de intenções, nada mais do que isto. Às vezes, chega até a anunciar pretensões de assentar um número cada vez maior de trabalhadores rurais. Mas tudo fica muito impreciso. Nem mesmo as fontes dos recursos chegam a ser divulgadas, muitas vezes forjando indicadores para efeitos publicitários. São claros os reflexos sobre essa vacilação da pressão exercida por seus aliados informais (ou de uma certa oposição) a qualquer alteração no padrão de desenvolvimento agrário no país.

Ora, se Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a União Democrática Ruralista (UDR), entre outras organizações reacionárias do campo, são anti-reforma, também o são, por outro lado, expressões organizativo-políticas do novo agronegócio, “menina dos olhos” do Ministério da Agricultura. E são taxativos: o governo não pode deslocar sua atenção para quem, como dizem, nada produz. Logicamente, para os trabalhadores rurais sem terra, para os que reivindicam que cerca de 20% dos 120 milhões de hectares estimados como improdutivos sejam imediatamente transferidos para quem deseja utilizá-los produtivamente.

O governo sabe que está sendo chantageado por um bando de especuladores rurais e *gigolôs da terra*. Mas o que surpreende mesmo é sua paciência nesse “jogo de empurra” dos grandes proprietários. O PT até mudou seu discurso, de modo a torná-lo mais conveniente. Em relação a essa problemática, seu ex-presidente José Genoíno declarou que reforma agrária seria sempre bem-vinda desde que realizada de forma pacífica e atentasse para os limites da ordem legal. Reforma só constitucional. O partido não fala por ele: quando faz afirmações dessa natureza, está de olho nos seus aliados. Por que não diz, então, uma reforma que respeite a necessidade que tem o governo de manter sua aliança com os mais ferrenhos defensores da grande propriedade?

Indiretamente, essa defesa da ordem tem o mesmo sentido de transformar qualquer manifestação de descontentamento ou qualquer agravamento das lutas no campo num estado de guerra. O problema é que essa guerra

fatalmente levaria o governo a se posicionar, afirmando publicamente de que lado está. Justamente o que não pretende. Mais conveniente seria que os trabalhadores do campo se mantivessem em silêncio, melhor dizendo, que esperassem. Silêncio pode ser a chave para a paz no campo. Mas uma paz, assim como desejada, pautada no silêncio dos oprimidos, não passaria mesmo de mero simulacro. Seria a paz dos guardiões da UDR e da CNA, que atenderia tão somente aos interesses da grande propriedade.

Sua aceitação pelos movimentos sociais e populares poderia levá-los a obedecerem a reclamos que não seriam exatamente seus, quem sabe, talvez, dos grandes empresários do agronegócio, exploradores da mais-valia absoluta no campo sob a máscara de trabalho escravo. Nada mais, portanto, do que uma armadilha. Cuidados como os que foram e estão sendo esboçados pelo governo nas suas relações com a problemática agrária não deixam de refletir o temor de não ferir a suscetibilidade de seus aliados políticos, sempre alertas para uma possível aproximação do governo com os movimentos sociais no campo.

A postura ambígua não se limita à política agrária. Ela também se manifesta nas relações exteriores, cada vez mais puramente comerciais. Aqui também há uma recusa em tornar mais claras as opções. E, como na questão agrária, empurra-se do mesmo modo a situação com a barriga, evitando-se construir qualquer proposta mais articulada. Nesse caso, o governo vacila entre a defesa pura e simples de uma abertura indiscriminada do país, com sua inserção nas regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), e a construção de mercados livres regionais através do fortalecimento da ALCA; ora em defesa de um protecionismo limitado, ora em defesa de uma abertura indiscriminada.

Uma vez mais, suas posições não refletem qualquer outra necessidade senão a dos grandes interesses, numa desatenção total em relação a questões que dizem respeito às classes trabalhadoras. É limitada e estreita a visão de integração. Por isto, chega a impressionar como até em hostes não governamentais e mais à esquerda tem-se aprovado a aparente postura equilibrada do ministro das Relações Exteriores como reflexo não apenas de sua capacidade negociadora mas de sua – do governo – visão nacional. Impressiona porque essa “visão nacional” se limita praticamente à defesa do agronegócio, das manufaturas competitivas e quase nada mais. Não há dúvidas que quem simboliza isto que vem a se chamar de Nação nessas negociações é o capital em todas as suas formas e dimensões. Nas viagens do presidente e nas negociações encetadas no âmbito das Relações Exteriores tudo fica muito claro.

Defender o capital e seus principais eixos setoriais é o mesmo que defender os interesses dos trabalhadores. Por isso, representantes ministeriais fazem tudo para cumprir aquilo que consideram ser suas funções, através de uma ação concertada: assegurar as melhores condições de realização lucrativa dos capitais. Nesse sentido, nem é protecionista nem livre cambista. Postula mesmo é uma melhor posição para as diversas frações capitalistas dominantes. Como em tudo, é pragmático e foge de posições de princípio. Não

rejeita explicitamente a ALCA, apóia um Mercado Comum do Sul (Mercosul) totalmente esfacelado e muito menos questiona a OMC, procurando deixar sempre um espaço aberto para negociações que resultem em mais negócios.

Na maioria das vezes, roga aos poderosos. São incansáveis os pedidos para que os países ricos abram seus mercados para os produtos do agronegócio nacional. Finge desconhecer o óbvio: que a crise vivida pelos grandes países do capitalismo central torna seus próprios capitais concorrentes desesperados em busca de realização de suas mercadorias. A rearticulação do capital mundial pressupõe a criação de vantagens locacionais em termos de custos e a abertura de mercados para venda de produtos, ainda mais numa situação, como a atual, de nítida retração de demanda. Portanto, não dá para esperar condescendências quando o jogo é pesado e de soma zero.

Em outros âmbitos, é possível que o ex-presidente FHC tenha razão quando afirma que esse governo tomou de empréstimo quase tudo de sua própria experiência. Mormente, como é sabido, quando pouco fez para desmontar a estrutura montada pela desastrosa administração anterior, com farta utilização não apenas de Conselhos mas de figuras sequer desfiladas do PSDB. Políticas cambiais, fiscais e monetárias seguiram o mesmo desenho de seus antecessores, assim como as políticas sociais. Neste caso, são Vales e Bolsas, agora complementadas por políticas afirmativas. Sempre a compensação. Parcos são os recursos para investimentos em infra-estrutura e medidas para seu controle.

A Parceria Público-Privada (PPP), um retorno aos velhos tempos do Império, quando se procurava garantir de qualquer maneira a lucratividade dos investimentos externos em infra-estrutura viária, até agora não vingou. Os capitais não se sensibilizaram ainda com a PPP. Parecem desconfiar de um possível controle governamental. Querem uma sociedade privada, sob as ordens do capital, e, ao mesmo tempo, garantia de lucros. Querem segurança para seus investimentos. O governo se dispõe a dar-lhes tudo isto. Por que então não deslançam os investimentos? A crise é maior do que imaginam os gestores da política governamental. Ela não se revela apenas nos altos e baixos do PIB. A recessão programada destruiu nos últimos anos parte importante do mercado consumidor nacional. As taxas de juros, postas na estratosfera, permitiram que o governo assegurasse certo equilíbrio de suas contas externas e continuasse a atrair capitais especulativos responsáveis pela cobertura do saldo negativo da Balança de Transações Correntes (a diferença entre a Balança Comercial e a Balança de Serviços).

Mas foram deletérias para os investimentos produtivos, que não caem apenas devido aos juros elevados. Pelo contrário, essa elevação e sua manutenção em patamares avançados são em si mesmas um reflexo da queda de demanda e da necessidade de defender a posição dos grandes aplicadores no mercado. Posições como as do vice-presidente José Alencar, ou dos dirigentes das confederações empresariais, de demonizar o juro, afirmando que tudo agora depende da coragem do governo de baixá-los e esquecendo suas próprias responsabilidades como grandes aplicadores, não passam de um grande jogo de marketing. Querer transformar tão somente o juro alto em bode

expiatório da crise que atravessa o país é, no mínimo, o mesmo que transformar todo efeito em causa, supondo que basta simplesmente baixar o câmbio para que sejam retomadas as exportações, o investimento e o emprego.

Não se trata de inocência, nem de ignorância, mas de oportunismo mesmo de certas correntes de economistas e de amplos estratos empresariais. Cada fração do capital parece remoer suas frustrações com a ameaça da queda real ou iminente de suas taxas de lucro. Querem garantias de baixa dos custos salariais e a atenuação dos gastos concorrenciais como incentivos fiscais e financeiros. Apenas isto. Os atuais saldos positivos na Balança Comercial refletem muito mais a queda acentuada das importações do que outra coisa. Não resulta somente da política cambial. O segredo da ofensiva exportadora, ainda que claramente circunstancial, decorre de uma certa relação câmbio/preços (custos salariais), mas não apenas, devendo-se considerar o impacto conjuntural da demanda sobre esse crescimento.

De qualquer modo, para desgosto de antigos próceres da ditadura militar, hoje conselheiros *ad hoc* dos ministérios econômicos, os saldos positivos nas transações comerciais pouco alteraram o quadro de crescimento da economia. A queda nas importações denuncia o quadro recessivo, numa situação em que o emprego não passa de uma miragem distante. Os saldos elevados obtidos em 2005 na Balança Comercial certamente aliviarão a carga de pagamentos que o governo brasileiro tem de efetuar aos credores internacionais. Nada mais do que isso. Mas o desespero tende a continuar. A redução gradativa dos juros nos últimos meses – 15,75% no mês de abril – tem contribuído muito pouco para aliviar a relação bastante elevada ainda entre dívida pública e PIB. Nada disso pode ser bastante para gerar otimismo. A contínua redução dos mercados internos, em face da acentuada taxa de desemprego e da instabilidade dos ganhos salariais, torna qualquer perspectiva futura bastante sombria. A insistência no equilíbrio financeiro tem se tornado uma das maiores fontes de instabilidade no país, por suas implicações no arrocho salarial, na queda de consumo e no desemprego, além de contribuir para amputar qualquer saída que comporte a ampliação de benefícios sociais.

As restrições orçamentárias são a norma de boa gestão desse governo. Frente a isso, pouco adianta alegar a necessidade de políticas sociais. Nem bem nasceu, o Programa Fome Zero já começa a transbordar de clientelismo. Não podia ser de outro modo, pelo menos da forma como foi concebido. Disso não se exclui o Bolsa-Família. Havia uma expectativa de que o governo eleito apresentasse alguma coisa mais substancial como âncora de seu programa de ação imediata. Mas nada disto foi feito. Com a reforma agrária posta entre parênteses, sobrou o assistencialismo. O governo recusa o estigma de assistencialista, mas, de fato, o que tem sido apregoado como programa social não passa de mero ajuste nas formas tradicionais de clientelismo.

Dirigentes internacionais reconhecem o esforço de conversão governamental. O convite efetuado ao presidente Lula para discursar em Davos (Suíça) teve esse significado. Simbolizou um aval e uma homenagem ao que se poderia considerar agora um aliado do grande capital internacional. O presidente se

sentiu até lisonjeado. Não encarou a homenagem como uma pecha. Pelo contrário, tomou-a como uma oportunidade, mas não para denunciar a responsabilidade dos grandes capitalistas globais pela rapina dos recursos mundiais, pela deterioração das condições de vida da população trabalhadora do mundo, pelo desemprego e pela própria fome mundial.

O contrário se verificou, já que apenas convocou todos eles para uma parceria, clamando para que a burguesia mundial, justamente sua parcela mais sanguinária, se tornasse solidária na luta contra a fome. A proposta ecoou no vazio. Uma parceria entre ricos e pobres tendo em vista erradicar a fome mundial! O presidente solicita à burguesia mundial complacência e compreensão neste combate. Faz tudo para cumprir sua parte no espetáculo. Pelo menos, foi aplaudido de pé, e reconhecido por quem menos esperava vê-lo um dia: os grandes capitalistas do mundo, das finanças especulativas, do comércio e do capital produtivo. Esperar que os maiores responsáveis pela pobreza mundial se empenhassem numa campanha contra a fome que eles mesmos promovem cotidianamente seria mesmo o cúmulo. Mas tudo parece possível nos novos tempos...

Não seria este o primeiro nem o último passo dado na construção dessa estratégia de legitimação pelo alto. Em nenhum momento o governo demonstrou a menor sensibilidade para articulações pela base, nem acena para qualquer perspectiva além do imediato. A todo momento reitera a importância de buscar a simpatia dos detentores do poder global e suas instituições reguladoras. Aposta no esforço conjunto de dinamização do capitalismo global a partir de cada espaço nacional. Atua como quem se integra conscientemente como administrador do circuito do capital. Tudo de modo muito peculiar, rejeitando qualquer compromisso efetivo com bases que um dia foram aliadas na construção de um projeto que ficou no meio do caminho.

Sua marca mais sensível permanece sendo o compromisso, ainda que, paradoxalmente, recusando qualquer aproximação mais estreita com seus antigos parceiros. Não apenas agora, mas desde que fez a opção pelo silêncio na campanha eleitoral sobre quais as questões mais importantes que deviam ser enfrentadas no país, os modos de enfrentamento e as fontes de recurso. Desde então, a administração governamental procurou se resguardar, temendo o futuro. O grande mal estar causado pelas alianças efetuadas no segundo turno das eleições de 2002 foi o início da revelação de uma grande farsa. Pôde-se observar como o silêncio só valia para o público externo, para os que se mantinham alheios, como os trabalhadores em geral, às manobras em curso. Internamente, os acordos estavam sendo firmados, compromissos apontavam o continuísmo. Desmascarar a trágica experiência do governo FHC não passava de tática eleitoral.

Podia-se até esperar mudanças dessa natureza. Afinal, a margem de manobra desse governo não era lá muito elástica. Todavia, não tão profunda nem tão rápida como a que aconteceu. A rapidez da conversão afetou a certeza depositada numa possibilidade que teria sido acalentada pelo sonho de milhões de explorados no país, da qual não ficaria imune o próprio partido líder

da coalizão. O choque de capitalismo defendido como proposta, ao lado da concorrência como caminho para o desenvolvimento, inaugura uma nova fase que, numa paródia do “novo trabalhismo” de Tony Blair, poderia muito bem ser caracterizada como a emergência de um “novo petismo”. *Slogans* como os de alguns economistas marqueteiros do sistema – com desculpas para a redundância – de que seria necessário fazer com que os brasileiros perdessem a vergonha de ser ricos passam a ser assimilados, assim como o teriam sido na nova China.

Construir um capitalismo moderno e inovador se torna cada vez mais a alternativa para qualquer país que não deseja perder o foco da competição global. O Brasil não era visto como uma exceção. Mas... e a classe trabalhadora: como teria reagido a tudo isto? Os trabalhadores são para a nova gestão um problema, não uma solução. Na nova arrumação, não há lugar para estes que, ameaçados por tendências objetivas como o desemprego e outras mazelas, procuram apenas sobreviver nos novos contextos. São um problema porque, não se constituindo para os novos gestores em fontes de poder, continuam a representar uma ameaça velada a seus detentores pela imprevisibilidade de suas reações. Nunca se tornam uma garantia segura para a paz social almejada. Suas principais organizações se reduzem a quase nada, em termos substantivos.

Na medida em que a classe encolhe subjetivamente, as organizações agem como se não houvesse alternativa e aceitam, sem questionamento, fazer parte do jogo. Cuidam muito mais da governabilidade do que de interesses reais de seus representados. Num recuo proposital e oportuno do ponto de vista de suas direções, os sindicatos ou centrais sindicais aceitam o que passa a ser imposto, como figurantes (nem mais nem menos) ou apêndices secundários. Fingem esquecer que este não é o seu jogo. E aceitam a condição de parceiros das tentativas governamentais de legitimação de suas ações, enquanto buscam impedir que reais contradições venham a emergir, por meio de uma conciliação que os encaminham – governo e organizações representativas – para a vala comum do oportunismo e da fragilidade política.

Do modo como passaram a se inserir, quando não dispensáveis, são, no mínimo, substituíveis, ou tão somente um número. O governo procura desfazer-se, *durkheimianamente*, do incômodo de uma de suas origens. Recusa uma aproximação mais estreita com as organizações de trabalhadores, mantendo um relacionamento pontual e ocasional. Só entra nos seus cálculos quem se submete incondicionalmente às regras do jogo. Em relação aos trabalhadores rurais sem terra, não repete exatamente a ladainha do governo anterior, de tratá-los como marginais ao processo. Dita, porém, as condições e elabora a pauta. Define de antemão de quem é a iniciativa. Esta nunca poderá ser do movimento, a quem cabe obedecer, cumprir e respeitar as regras estabelecidas. Tudo é conduzido de modo tal a acomodar os interesses que asseguram a estabilidade governamental.

Nesse sentido, o governo quase nunca se distrai. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tiveram alguns de seus

diretores demitidos sumariamente, como “órgãos doentes” num corpo que tinha que ser sadio a qualquer custo. Obedecer é a regra. Nada pode comprometer a máxima de que o país é viável; melhor dizendo, rentável. Se qualquer desacordo proveniente dos meios sociais populares deve ser contido como ameaça, assim também deve ocorrer na cúpula governamental. Tudo deve ser feito para agradar os fiscais de nossa conduta econômica. Em relação a ela, o governo louva-se de ter ido além do esperado pelos organismos financeiros internacionais. Por isto, é elogiado. Dispensou os US\$ 40 bilhões postos à disposição do governo anterior pelo FMI para a cobertura de problemas eventuais de Balanço de Pagamentos, assim como resgatou US\$ 18 bilhões da dívida total com o referido organismo financeiro. Orgulha-se de sua responsabilidade frente ao capital financeiro global.

O ex-ministro Palocci insistia sempre que o país é estável e seguro, e que agora era a hora do investidor. Superávits fiscais (excesso de receitas sobre despesas fiscais, afora o pagamento dos juros) de mais de 4% encantam os olhos do aplicador financeiro. Nem mesmo o FMI esperava tanto. A era Palocci tornou o FMI uma peça dispensável. Não por uma ruptura com seus principais credores, mas por adequação perfeita. Para além de seus impactos sobre as quedas sucessivas nas taxas de crescimento econômico – a expectativa é de crescimento reduzido em 2006 –, o governo dá uma demonstração de que é um cumpridor de deveres, procurando impressionar positivamente a cada momento, a cada passo dado. Para os liberais, assim como para o governo, a Nação é um campo de negócios.

A contrapartida não deixa de ser muito grave. Mas os responsáveis pela política econômica não estão preocupados com isso. Não vivem nem mesmo o futuro imediato. Procuram salvar o que podem no presente. Administram o fluxo de caixa, submetendo-se aos rigores contábeis da rígida ortodoxia. Os cortes de despesas são freqüentemente noticiados. O realismo da política reflete o afastamento cada vez maior de qualquer premissa social. O governo se sente confortável com a capa liberal, como uma ilusão de poder, ilusão que decorre da sua aparente proximidade com os que hoje detêm o comando da economia e da política mundiais. E se sente muito bem assim.

4. ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

A experiência petista nem mesmo pode ser considerada uma forma a mais de domar o capitalismo, assim como os diversos reformismos de cunho social democrático tentaram fazer, numa região onde este sempre demonstrou a sua faceta mais concreta de primitivismo e violência. Em condições e momento bem distintos, primou pelo rigor em defesa de uma tradição reformista que se dissociava da necessidade de sobrepujar e se vinculava às demandas de abertura do espaço nacional às mais torpes aventuras de um capitalismo em crise, sem ameaças diretas a sua sobrevivência ou reprodução material. Se a ordem sempre foi o primado dos mais diversos reformismos, além de condição de possibilidade do desenvolvimento das forças produtivas, o que se observa aqui é a defesa de uma ordem que procura mascarar a desigualdade profunda entre os que produzem as riquezas e os que delas fazem uso, e de reformas que não passam de arremedos ou ajustes tidos como necessidades para o

pretensão nivelamento das condições internas do país às exigências do capital mundial.

Não se pode tomar atitudes como esta como qualquer demonstração de oportunismo ou traição, muito menos como uma inversão de rumos, muito comuns em partidos e própria de administrações que, se dizendo populares, facilmente se corrompem quando passam a integrar condomínios de poder. A experiência dos últimos anos, fundamentalmente o período de gestão petista, demonstra cabalmente como o capitalismo, em qualquer dos espaços em que se reproduza, só pode ser reformado na medida em que o objetivo da reforma pressupõe sua permanência como modelo dominante, qual seja, enquanto sistema baseado na exploração, e nunca no sentido de sua negação.

As reformas tendem a aperfeiçoar os modos de dominação quando destituídas de uma perspectiva, mínima que seja, de transformação social. No capitalismo, tais reformas sempre foram determinadas por situações de crise ameaçadoras a sua sobrevivência, nunca movendo-as qualquer intuito deliberado de promover uma distribuição eqüitativa dos resultados da produção. E mesmo quando implementadas, tomando-se o exemplo europeu do pós-Segunda Guerra Mundial, foram secundárias em relação ao seu objetivo maior de reprodução das condições para a acumulação de capitais. Ilusões como essas, afeitas a pactos redistributivos e co-gestões, conseguiram se manter apenas devido à Guerra Fria. Não foram seus os méritos daquela paz social que, forjada em circunstâncias bem específicas, logo se esgotou, a partir do momento que as condições do modelo de desenvolvimento se esvaíram sob os auspícios da crise dos anos 70, ao lado do próprio desmoronamento à vista do Leste Europeu.

O que tornou duradoura a ilusão social democrática sobreposta numa possível harmonização dos interesses foi a sobrevivência do Leste Europeu e da União Soviética. Enquanto estes resistiram como experiências, o compromisso social democrático pôde ser mantido, só havendo um convencimento de sua nulidade com o fervor neoliberal que toma conta do mundo do capital na esteira da queda justamente daquilo que viria se chamar de socialismo real. Domar o capitalismo teve ali uma perspectiva muito clara de legitimar seu avanço por meio da anuência de forças que, em tese, muito pouco teriam para aceitar as condições que estavam sendo impostas: renúncia à combatividade anti-sistêmica e aceitação do crescimento da economia como uma responsabilidade de todos, neutralizando todo e qualquer critério de avaliação que perpassasse a natureza de classe desse crescimento e de sua distribuição.

A gestão petista assume a responsabilidade de dominar as condições internas, do mesmo modo que já havia sido efetuado em outras experiências, tendo em vista reciclar as condições de reprodução do capital nas novas condições, mas sem qualquer compromisso explícito ou implícito com programas sustentados de distribuição, ante o próprio fim da Guerra Fria. Desapareceram as ameaças. O socialismo permanece como sonho de alguns, não poucos, é verdade, mas não se configura conjuntamente como uma ameaça. Não se justificam,

portanto, quaisquer acordos que se traduzam em direitos, independente do modo como se inserem os indivíduos nas atividades produtivas.

A atual gestão levou muito longe o aforismo de que “não há alternativa”. O governo não poupou esforços para manter o rumo da estabilidade e ganhar credibilidade internacional. Tomou a internacionalização da economia como peça-chave, desprezando qualquer possibilidade de construção de um espaço nacional como algo mais do que simples receptáculo de investimentos. Mas pouco avançou além daquilo que os governos anteriores já haviam tentado, da ditadura militar a FHC. Pelo menos, não reverteu nenhuma de suas medidas mais comprometedoras, sobretudo deste último, na sua sanha reacionária de privatizar os espaços sociais e econômicos, de transformar tudo em negócio, da educação à saúde, das comunicações à solidariedade. De fato, contribuiu muito pouco ou quase nada para desarmar as peças montadas pelo(s) governo(s) anterior(es).

Privilegiou as relações internacionais com intuítos claros de manter a estabilidade dos fluxos financeiros em moedas fortes, sempre em nome e benefício dos grandes grupos econômicos cujos interesses procura abertamente preservar, posto que tomados como fundamentais para a inserção competitiva do país. Com isto, se tornou presa fácil do capitalismo global, ainda que aceite essa condição, com muita honra até. Não pretende, como dizem suas mais influentes representações ministeriais, ficar fora do jogo. Às vezes abomina, como timidamente demonstrado em diversos fóruns globais de empresários, determinadas regras comerciais, mas o faz em nome do bom funcionamento sistêmico. Teme a superprodução de mercadorias e tenta convencer o mundo dessa ameaça. Não visa romper as regras nem mesmo sonha em negar sua condição de governo de um Estado cativo das frações mais internacionalizadas do capital. O governo simplesmente não quer ser excluído. Pouco importam as condições impostas para tanto, desde que estas ensejem sua inclusão entre os que podem ser considerados jogadores.

A falácia das reformas implementadas desde o governo neoliberal de FHC é evidente e simplesmente reforça o papel de brinquedo do país no campo internacional, reduzindo o papel das massas populares ao de simples expectadoras do jogo político e despolitizando os processos de luta, mesmo que não reduzindo seu ímpeto e sua revolta, ainda bem presentes nas diversas campanhas reivindicatórias. A gestão atual nada fez para canalizar esse espírito de revolta (responsável, afinal, pela maioria eleitoral dada ao governo), preocupado não em dividir o protagonismo e as responsabilidades em programas de mudanças efetivas mas em conter possíveis ameaças à conciliação que procura implantar, aliando-se a forças consideradas capazes de impor um dinamismo competitivo a um capitalismo tido como muito pouco dinâmico.

A falácia do reformismo, não apenas do reformismo histórico, anticomunista, mas do atual, neoliberal, pode se verificar não apenas em números da exclusão social, mas na contínua fragmentação do movimento social e de suas expectativas. No entanto, essa é uma via de mão dupla, pois, se governos neo-reformistas, do “novo trabalhismo” inglês à atual gestão governamental, acreditam que a fragmentação e a perda de combatividade dos trabalhadores

ensejam melhores condições à reprodução do capital, essa mesma fragmentação e passividade podem gerar demandas que o capital jamais terá condições de atender sem comprometer as condições de sua lucratividade, sobretudo em condições de crise, como é o caso.

Do ponto de vista das massas exploradas, a continuar a sua fragmentação, as revoltas e explosões não estão fora do campo de possibilidades. As representações do capital sabem que isto tende a se verificar, e que a ameaça maior consiste na unificação de alguns desses campos de luta e sua centralidade nas contradições fundamentais do capitalismo de forma mais organizada e definida. A perda de vigor dos fóruns sociais globais e sua capitalização, em âmbitos regionais, por alguns governos, a exemplo do que tramam os defensores da administração Blair na Inglaterra, demonstra a urgência dessa necessidade. O governo atual fez pouco caso das transformações sociais, em função da fragilidade demonstrada pelos movimentos populares em termos de organização, centralidade de objetivos e perspectivas estratégicas. Os momentos que antecedem uma nova eleição presidencial são propícios, no entanto, nesse sentido, para repensar práticas, critérios e fundamentação das lutas por parte daqueles que não se alinham com o capital nem o consideram condição determinante para o desenvolvimento da sociedade.

Mas nada obsta que tudo se repita, sobretudo por duas razões: primeiro, na medida em que a direita assume um perfil cada vez mais autoritário-fascista, assim como se observou nos casos manipulados e cansativos das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) do Congresso, articuladas por revistas, canais de televisão, deputados e interesses empresariais e partidários diversos, que, ao final, levaram a uma desconfiança que pode traduzir-se num isolamento maior de suas principais expressões, com conseqüências eleitorais imponderáveis mas possivelmente não favoráveis aos seus interesses, nem do PFL nem do PSDB. Depois, porque, à esquerda não há até agora sinais de construção de uma representação minimamente confiável aos olhos das massas, considerando que esta emerge, na sua maioria, da mesma fonte, com sentimentos de revanche que denotam interesses particulares e basicamente eleitorais, demonstrando muito mais ressentimento do que capacidade de organização e discordâncias profundas com as tendências do atual reformismo neoliberal.

Na atividade política, naquela que se identifica em todos os sentidos e momentos com a transformação social, não se admite a fé incondicionada. A fé irrestrita nos “homens” e nos mitos talvez tenha sido um dos maiores erros do movimento popular, do movimento das “Diretas Já!”, nos anos 80, até a eleição do governo Lula. Um desses equívocos foi tomar a eleição não como meio mas pressuposto da democracia, e a reforma como uma via para um desenvolvimento quase nunca qualificado. Indivíduos ou classes jamais poderão ser portadoras de algo sem que se organizem com clareza de objetivos e espírito de revolta.

Porém, a revolta popular não pode se limitar a demonstrações de puro ressentimento, a uma vingança contra os que feriram as aspirações pessoais

ou de grupos, à margem de uma perspectiva de ruptura mais profunda e menos vinculada a reformas nos mecanismos e regras de reprodução sistêmica. A luta por inclusão pode se tornar um puro blefe quando restrita a objetivos de meramente galgar melhores posições dentro de um sistema, como, aliás, tem sido muito bem trabalhado por figuras do atual governo, tomando o próprio presidente como exemplo e demonstração de que o sistema democrático é o único que enseja uma mobilidade vertical. A fragmentação social pode até levar alguns eventualmente ao topo, mas pode alargar imensamente as bases constituídas de miseráveis, oprimidos e explorados, algo não corrigível por políticas afirmativas nem por estímulos à competitividade.

* *Nelson Oliveira é doutor em Economia (Universidade Estadual de Campinas/Unicamp), professor da Escola de Administração e do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e foi durante muitos anos redator dos **Cadernos do CEAS**. Do mesmo Autor, ver “Lênin e a questão agrária: cultura e hegemonia” (**Cadernos do CEAS**, 213: 43-69. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, set.-out., 2004).*